

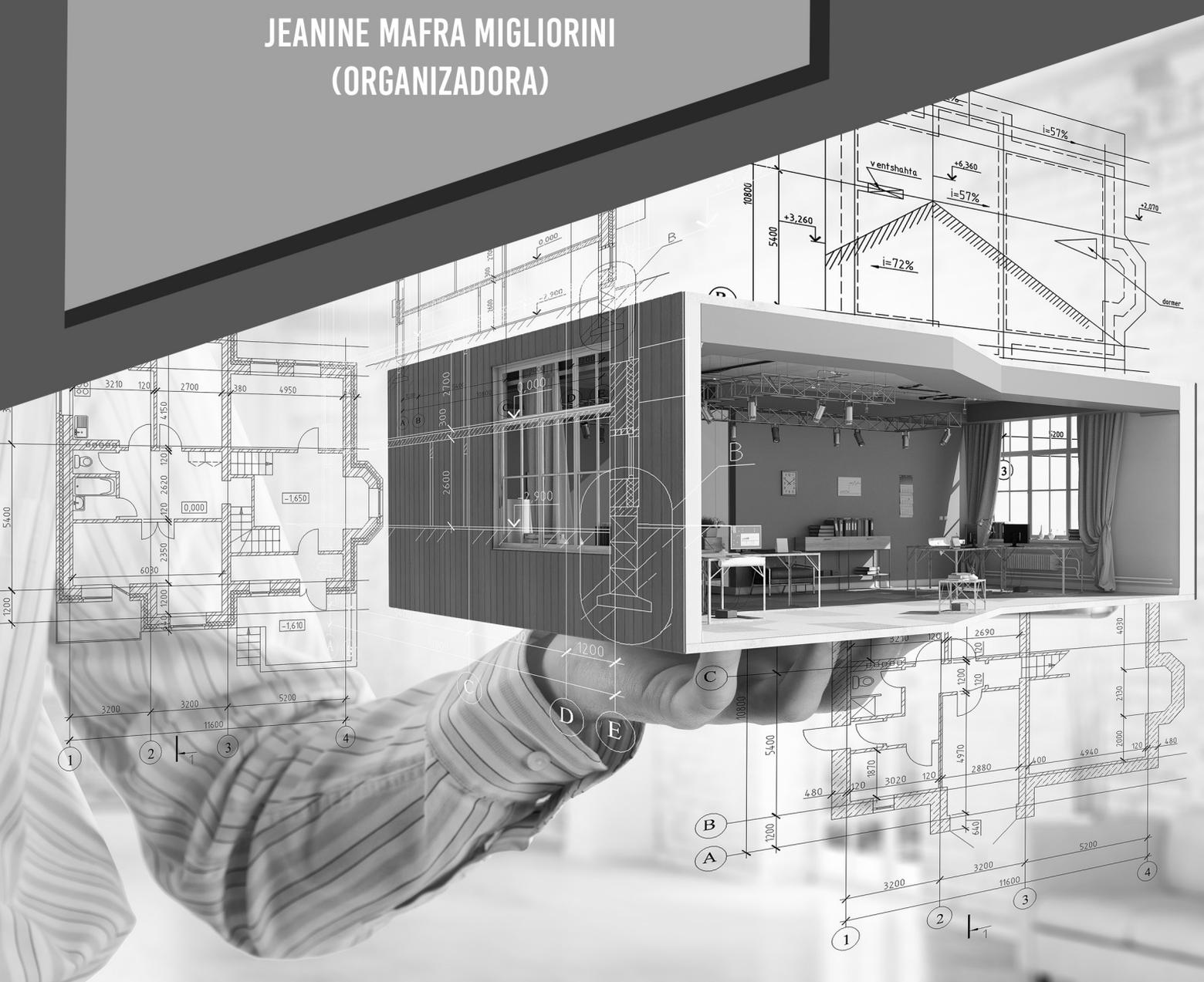
ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-196-1

DOI 10.22533/at.ed.954202407

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PAULISTA	
Isabella Silva de Serro Azul Gabriela Sayuri Durante Samuel Bertrand Melo Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.9542024071	
CAPÍTULO 2	13
ANÁLISE MORFOLÓGICA DE PADRÕES ESPACIAIS DA VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG, COMO SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE	
Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggiatti Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.9542024072	
CAPÍTULO 3	30
EVOLUCIÓN DE LAS TIPOLOGÍAS DE ESPACIOS VERDES PÚBLICOS EN EL PAISAJE URBANO. RESCATE DE LA MEMORIA VEGETAL EN VALPARAÍSO	
Cristóbal Cox Bordalí Constanza Jara Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.9542024073	
CAPÍTULO 4	63
ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM IRUPI-ES: UMA ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DOS BAIROS CAROLINO BARBOSA E JOÃO BUTICA	
Eduardo Machado da Silva Wagner de Azêvedo Dornellas	
DOI 10.22533/at.ed.9542024074	
CAPÍTULO 5	88
PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
trícia Caroline da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9542024075	
CAPÍTULO 6	102
ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL	
Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt	
DOI 10.22533/at.ed.9542024076	
CAPÍTULO 7	116
PROJETO E PLANEJAMENTO URBANOS FRENTE AOS PARADIGMAS ECOLÓGICOS DA AGRICULTURA URBANA	
Bruno Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9542024077	

CAPÍTULO 8	129
A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930	
Hilmar Diniz Paiva Filho Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.9542024078	
CAPÍTULO 9	145
PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950	
Mirtha Pallarés-Torres Maria Eugenia Pallarés-Torres Jing Chang Lou	
DOI 10.22533/at.ed.9542024079	
CAPÍTULO 10	159
ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO	
Luciana Monzillo de Oliveira Maria Pronin	
DOI 10.22533/at.ed.95420240710	
CAPÍTULO 11	175
MARCAS E MATRIZES DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ALTO DA BOA VISTA, RIO DE JANEIRO	
Leonardo Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240711	
CAPÍTULO 12	187
CEAGESP: RECONVERSÃO E PROJETO URBANO?	
Bárbara Pereira Baptista Nadia Somekh	
DOI 10.22533/at.ed.95420240712	
CAPÍTULO 13	203
A EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE UMA CENTRALIDADE LINEAR: AVENIDA REBOUÇAS, EM SÃO PAULO	
Maria Pronin Luciana Monzillo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240713	
CAPÍTULO 14	219
AFINAL, O QUE SÃO ECOVILAS? EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	
Juliana Viégas de Lima Valverde	
DOI 10.22533/at.ed.95420240714	
CAPÍTULO 15	233
ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARTICIPATIVO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	
Júlio Barretto Gadelha Tomaz Amaral Lotufo	
DOI 10.22533/at.ed.95420240715	

CAPÍTULO 16	267
MOBILIDADE ATIVA E CAMINHABILIDADE: ENSAIO PROJETUAL NA AV. JAIR DE ANDRADE	
Mateus Marcarini Zon	
Larissa Leticia Andara Ramos	
Laura Lopes Akel	
Natália Brisa do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.95420240716	
CAPÍTULO 17	279
PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS: ESTUDO, ANÁLISE E IMPACTO DE AÇÕES TÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO	
Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.95420240717	
CAPÍTULO 18	296
GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO	
Andre Reis Balsini	
DOI 10.22533/at.ed.95420240718	
SOBRE A ORGANIZADORA	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930

Data de aceite: 05/07/2020

Data de submissão: 29/04/2020

Hilmar Diniz Paiva Filho

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo | SP

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo | SP

RESUMO: A cidade de Santos sintetiza, em escala local, as principais transformações pelas quais o Brasil atravessou durante o seu processo de desenvolvimento. Este artigo, apoiado em uma extensa base documental e iconográfica, relaciona a história sociopolítica-econômica paulista e brasileira com a evolução urbana da cidade de Santos entre os anos de 1532 e 1930. Para isso, considerou-se três momentos. O primeiro, correspondendo ao período colonial até a vinda da família real portuguesa ao Brasil, onde destaca-se o papel paulista na expansão e na formação do território brasileiro. O segundo, de 1808 a 1867, período da formação do Estado brasileiro e da consolidação do café como principal produto de suas exportações.

E, finalmente, o terceiro, já na segunda metade do século XIX, onde a articulação do território ganhou força e ocorreu, de maneira mais eficiente, a integração nacional ao capitalismo internacional. Em comum, esses quatro séculos, tiveram como pano de fundo a passagem da modernidade para a contemporaneidade, marcada pela consolidação do capitalismo, da técnica e da revolução industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Santos, formação e organização do território, evolução urbana, urbanismo.

THE URBAN EVOLUTION OF THE CITY OF SANTOS AND THE BRAZILIAN DEVELOPMENT PROCESS FROM 1532 TO 1930

ABSTRACT: The city of Santos synthesizes, on a local scale, the main transformations that Brazil underwent during its development process. This article, supported by an extensive documentary and iconographic base, relates the socio-political-economic history of São Paulo and Brazil with the urban evolution of the city of Santos between the years 1532 and 1930. For this, three moments were considered. The first, corresponding to the colonial period until the arrival of the Portuguese royal family

to Brazil, where the São Paulo role in the expansion and formation of the Brazilian territory stands out. The second, from 1808 to 1867, the period of the formation of the Brazilian State and the consolidation of coffee as the main product of its exports. And finally, the third, already in the second half of the 19th century, where the articulation of the territory gained strength and national integration with international capitalism took place more efficiently. In common, these four centuries had as a backdrop the transition from modernity to contemporary times, marked by the consolidation of capitalism, technique and the industrial revolution.

KEYWORDS: Santos, formation and organization of the territory, urban evolution, urbanism.

1 | INTRODUÇÃO

A urbanização como processo, e a cidade, como resultado deste processo, marcam de sobremaneira a civilização contemporânea. Porém, para se decifrar a cidade, compreender quais processos estabeleceram a sua complexidade e explicam a dimensão da urbanização, se exige um olhar para o passado. Desta forma, podemos entender que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de Santos, é uma síntese das transformações sociopolíticas-econômicas ocorridas através dos tempos.

Este artigo parte do pressuposto que a cidade portuária de Santos está intrinsecamente relacionada aos processos nacionais e internacionais e, em razão desta interconexão, nota-se a sua ressonância em seu desenho urbano. Seu objetivo principal é identificar e demonstrar através da história e da iconografia, como um período de 400 anos, na passagem da modernidade à contemporaneidade, estão refletidos na formação, expansão e desenvolvimento da estrutura urbana da cidade de Santos. Para tanto, relaciona-se a história sociopolítica-econômica paulista e nacional com a formação e o desenvolvimento da estrutura urbana da cidade de Santos considerando-se três períodos: de 1532 a 1808, correspondendo essencialmente ao período colonial até a chegada da família real portuguesa ao Brasil; de 1808 a 1867, período onde houve a formação do Estado brasileiro, a incipiente cultura do café ganhou corpo e consolidou-se como principal produto das exportações brasileiras e a inauguração da estrada de ferro São Paulo *Railway Company* (SPR); e de 1867 a 1930, auge do ciclo cafeeiro paulista, o então motor da economia brasileira, que se abalou com a crise de 1929 e, por meio de uma revolução realizada um ano mais tarde, decretou-se o fim da Primeira República.

2 | A RUPTURA DO CAPITALISMO: DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE

Luís Carlos Bresser-Pereira, em seu artigo *As duas fases da história e as fases do capitalismo* (2016), afirma que a rigor só existem duas fases da história humana: a pré-capitalista e a capitalista. Porém, entre essas duas fases identifica um período longo, de grandes transformações, que começa no norte da Itália, a partir do século XIV, e pela

primeira vez, se completa na Inglaterra com a formação do Estado-nação e a Revolução Industrial no final do século XVIII, a chamada Revolução Capitalista. Para isso, considera os quatro ciclos sistêmicos de acumulação que Giovanni Arrighi¹ identifica na história do capitalismo: o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVI; o ciclo holandês, do fim do século XVI até meados do século XVIII; o ciclo inglês, da última metade do século XVIII até o início do século XX; o ciclo americano, durante o século XX.

Para Bresser-Pereira, a revolução capitalista é o segundo momento de transformação na história humana. O primeiro é o surgimento da agricultura que permitiu a passagem das sociedades nômades para as sedentárias, fato que determinou o surgimento das primeiras civilizações e impérios.

Ainda segundo Bresser-Pereira, a revolução capitalista alterou profundamente as bases sociopolíticas-econômicas. No plano social, surgiram duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No político, deu origem as nações e ao Estado moderno, e, a eles, um território: o Estado-nação. No econômico, deu início ao capital e as demais instituições econômicas fundamentais do sistema: o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. E no plano científico e tecnológico, transformou uma sociedade agrícola em uma sociedade industrial.

Contudo, pode se distinguir na revolução capitalista, a revolução comercial da industrial. A primeira ocorre em um longo período que vai do surgimento da burguesia no século XIII até as grandes navegações e a formação do chamado *sistema-mundo*². A segunda, em um período mais curto, abrangendo a transformação da sociedade agrária europeia em uma industrial, isso graças ao avanço tecnológico aplicado ao campo. Este fato, alguns séculos mais tarde, fez com que as cidades-Estado se tornassem Estado-nação, forma própria de organização político territorial do capitalismo.

As cidades-Estado foram um fenômeno intermediário entre os impérios antigos e os Estado-nação. Na antiguidade, era através dos impérios que se dava a organização política territorial. Já nos tempos modernos e capitalistas, isso ocorrerá por intermédio dos Estados-nação.

Ernest Gellner³, em seus estudos, observa que o poder imperial se limitava a cobrança de impostos, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura. Podemos observar isso na expansão romana. No entanto, os Estados-nação fazem o oposto. Por estarem envolvidos em uma competição internacional, sempre em busca de hegemonia e maiores taxas de crescimento utilizam a homogeneização como uma ferramenta eficaz

1 Giovanni Arrighi foi um sociólogo italiano marxista, profundamente influente no estudo das origens e transformações do sistema capitalista global. Realizou pesquisas nas áreas de mercado e desenvolvimento econômico na África e na Europa. Atuou como professor do Departamento de Sociologia da Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, Estados Unidos.

2 O conceito sistema-mundo se baseia no conceito de economia-mundo, inventado por Fernand Braudel. Foi desenvolvido por Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Samir Amin. Baseia-se na divisão inter-regional e transacional do trabalho e resulta na divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos.

3 Ernest Gellner foi um filósofo e antropólogo social. Desenvolveu importantes teorias sobre a sociedade moderna e das diferenças que a distinguem das sociedades precursoras.

para alcançar tais objetivos. Um mesmo grupo com a mesma cultura, língua e história permite que através da educação pública, se possa garantir que padrões crescentes de produtividade sejam alcançados e compartilhados por toda a população.

Desta forma, os governos passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico favorecendo as empresas nacionais na concorrência internacional. E foi através de um demorado processo de institucionalização política e econômica, que foi o da formação do Estado-nação, que empresários, burocratas do Estado e políticos assumem o papel chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento. A sociedade politicamente orientada que compartilha um destino comum, ao se dotar de um Estado e de um território, forma o Estado-nação. Bresser-Pereira, em seu artigo, observa que a constituição dos Estados nacionais e, portanto, de mercados seguros para os empresários investirem na indústria, foi a condição para que a revolução industrial ocorresse inicialmente na Inglaterra e na França e, em seguida, nos Estados Unidos.

Celso Furtado (2009), utilizando com liberdade os conceitos de Marx e Weber, propõe que o desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos. No primeiro, na revolução comercial, e no segundo, na revolução industrial. Entretanto, Bresser-Pereira, acrescenta que nessa análise histórica faltava uma terceira transformação fundamental que ocorreu entre as duas citadas ou conjuntamente com a última: a formação dos Estados nacionais. É somente quando as nações se dotam de Estados tornando-se Estados-nação que o desenvolvimento se viabiliza. Nessa nova ordem, o Estado moderno é o sistema constitucional-legal e a administração pública garante essa ordem jurídica. Nas palavras de Bresser-Pereira: “a nação é a comunidade que compartilha uma história e um destino comum e tem ou busca ter um Estado, e o Estado-nação é a unidade política territorial dominante, como, nas sociedades pré-capitalistas foram os impérios antigos”.

Foi também a partir da revolução capitalista que se popularizou o trabalho assalariado, o lucro como objetivo da atividade econômica e a acumulação de capital com a incorporação do progresso técnico. Contudo, é importante salientar, que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com progresso ou desenvolvimento sem adjetivos. O desenvolvimento econômico é um processo autossustentado, através do avanço técnico, de elevação dos padrões de vida ou de aumento do bem-estar material, não necessariamente igualitário, nem autossustentável do ponto de vista ambiental. Já o desenvolvimento sem adjetivos ou o progresso não é autossustentado, embora o homem também seja o agente. E, somente quando o desenvolvimento econômico se torna autossustentado se pode dizer que a revolução capitalista se completa, porque o Estado já não tem o controle direto de todo o processo e sim o mercado.

A visão de duas grandes fases intermediadas pela revolução capitalista, como destaca Bresser-Pereira, é importante porque na fase pré-capitalista não se pode falar em progresso ou desenvolvimento, enquanto na fase capitalista os objetivos políticos maiores das sociedades contemporâneas passam a ser deliberadamente buscados e

Mato Grosso (1748), dando origem assim as novas capitanias e, desta forma, reforçou e garantiu a reivindicação do *uti possidetis* em 1750 (Figura 4).

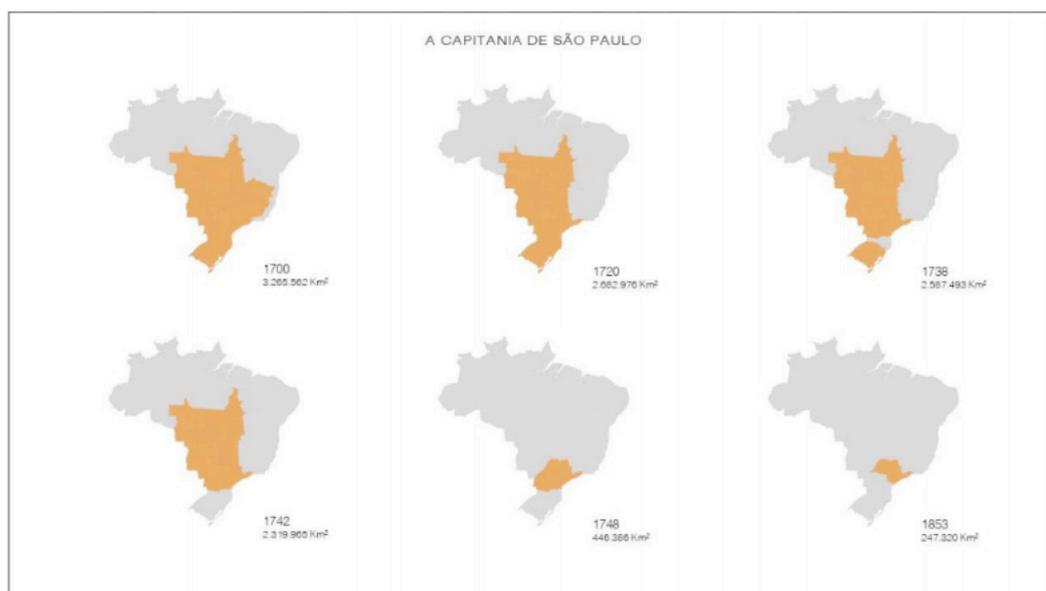


Figura 4: O território da Capitania de São Paulo I 1700 – 1853. Fonte: Honório de Sylos, São Paulo e seus caminhos. São Paulo: McGraw-Hill, 1976, p.7.

A Capitania de São Paulo, durante todo esse tempo, teria desempenhado a função de fronteira, de fortaleza contra as pretensões castelhanas, função, que, aliás, lhe coube durante boa parte do período colonial (Ellis, 1972).

Acidade de Santos, por sua vez, pela situação de porto marítimo de entrada das minas, passou a fazer parte da jurisdição do Rio de Janeiro desde os primórdios do século XVIII, tal a preocupação do governo português de que por ali se desencaminhassem os tesouros do sertão. Este fato, Afonso de E. Taunay (1939) denominou de a “extraterritorialidade” de Santos”.

Entre 1748 e 1765, a capitania de São Paulo perdeu autonomia e subordinou-se a capitania do Rio de Janeiro. Sua restauração ocorreu em 1765, através de duas Cartas Instrutivas do Marques de Pombal. Restaurada a Capitania de São Paulo, serviu, sob a administração do Morgado de Mateus, que também cuidou de reerguê-la economicamente, aos planos militares do governo lusitano. Parte daí o incremento à lavoura da cana de açúcar na região, apontada por Afonso de E. Taunay (1939), e estudada por Maria Theresa Schorer Petrone (1968). Lavoura que antecedeu, promoveu aberturas e marcou rumos para a cultura do café, fator do enriquecimento da Província de São Paulo, já no século XIX, de progresso do país e de fundamental importância para a cidade de Santos.

4 | SANTOS E A IDEIA DE UM BRASIL | 1808 - 1867

Historicamente, o Brasil torna-se independente de Portugal com a chegada da família real portuguesa. Em 1808, sob a ameaça de Napoleão, a família real portuguesa deixou seu país. Este evento modificou radicalmente a situação brasileira, país que de colônia torna-se metrópole. A política tornou-se complexa e centrada no Rio de Janeiro, muito mais próximo de Santos do que a antiga capital da colônia localizada em Salvador, cidade desprezada pela coroa portuguesa. A realeza em território brasileiro, representada por Dom João VI, decidiu pela abertura dos portos para as “nações amigas”. A aceleração das mudanças no Brasil resultantes da vinda da corte e o crescimento de um espírito nacionalista levaram a independência em 1822, com o estabelecimento imperial de D. Pedro I, filho de D. João VI.

Foi nesse período de ebulição, que a incipiente cultura do café, iniciada no Rio de Janeiro se deslocou rumo a São Paulo, dinamizando a economia da região sudeste brasileira. Em 1817, é fundada a primeira fazenda de café de São Paulo, no vale do rio Paraíba do Sul, e, após a Independência do Brasil, o cultivo de café ganhou ainda mais força nas terras da região do Vale do Paraíba, enriquecendo rapidamente as cidades da região e gerando uma oligarquia rural. Entretanto, a exaustão dos solos do Vale do Paraíba e as crescentes dificuldades impostas ao regime escravocrata levaram a uma decadência no cultivo do café a partir de 1860 e o Vale vai se esvaziando economicamente enquanto o cultivo do café migra em direção ao Oeste Paulista, substituindo o plantio da cana-de-açúcar e se utilizando de sua ainda precária infraestrutura. Este fato acarretou grandes mudanças econômicas e sociais.

Em 26 de janeiro de 1839, a então Assembleia Provincial, aprovou uma lei que elevava a Vila de Santos à condição de cidade. Este fato, demonstrou a importância que seu porto começava a exercer neste novo cenário, reforçado pelo papel que o santista José Bonifácio tinha desempenhado na Independência do Brasil. Entretanto, agora na condição de cidade, Santos ainda não tinha se desvencilhado de seus traços coloniais (Figura 5), panorama este, que se altera com a expansão do café pelo Oeste Paulista e da chegada da ferrovia.

A São Paulo Railway Company (SPR), financiada com capital inglês, foi a primeira ferrovia construída em São Paulo, e a segunda no Brasil. Sua construção se iniciou em 1860 e sua inauguração aconteceu em 1867, ligando a cidade de Santos a de Jundiaí, passando pela cidade de São Paulo, alterando a paisagem urbana da província à medida que percorria os seus 159 Km. Neste momento, a centralidade da cidade de São Paulo foi fortalecida propiciando o surgimento das primeiras fábricas e indústrias e a função portuária da cidade de Santos como sua a mola propulsora.

A economia paulista experimentava um desenvolvimento com proporções nunca vistas antes. O café, em sua expansão para o oeste, transpôs a cidade de Campinas

forma, uma rede básica de cidades: Santos (porto) - São Paulo (centro administrativo) – Campinas (região produtora) (Figura 6).

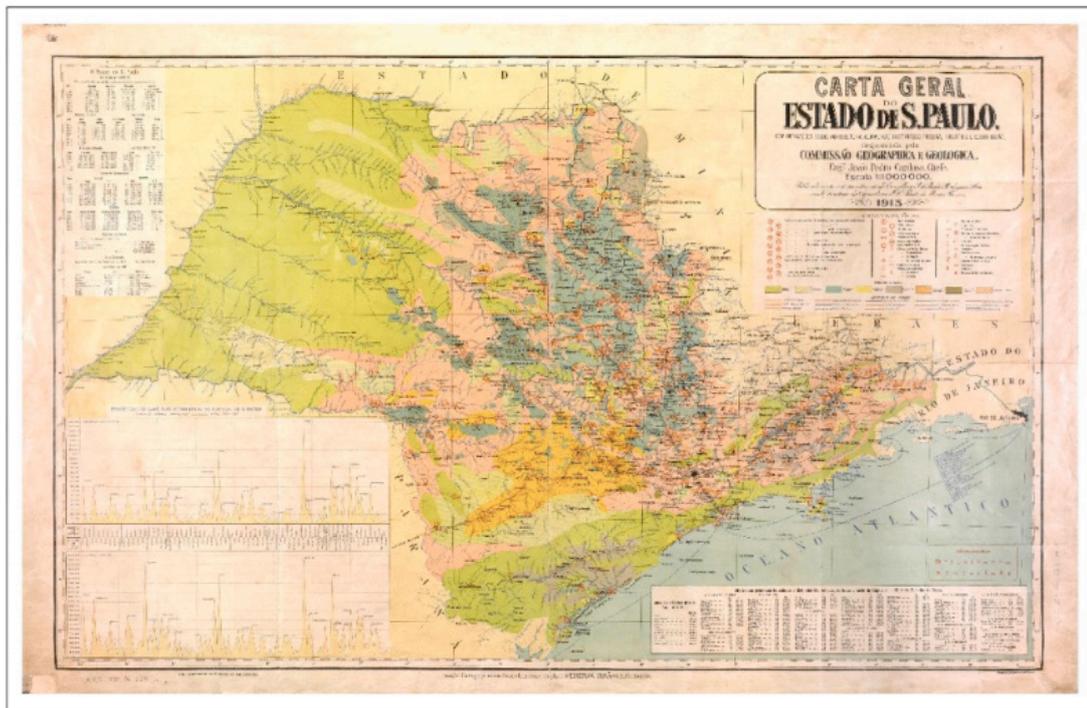


Figura 6: Carta geral do Estado de S. Paulo, 1915. Fonte: Biblioteca Nacional.

Porém, foi somente a partir de 1892, que as reformas institucionais do governo central começaram efetivamente a pautar as ações do governo estadual em direção das intervenções urbanas. O saneamento e o melhoramento das cidades se tornaram prioridade para o combate das epidemias e torná-las palco adequado para o fluxo de investimentos. Por estes motivos Santos, São Paulo e Campinas foram, num primeiro momento, priorizadas pela política do governo estadual. Uma característica dos melhoramentos levados a cabo na cidade de São Paulo foi a implantação maciça de obras de infraestrutura para a urbanização de áreas já consolidadas. No caso de Santos, por ser palco de disputas políticas, isso se deu de maneira inversa, e desta forma, a cidade moderna e salubre que se pretendia construir foi pensada e debatida antes da implantação da sua infraestrutura, permitindo desta maneira a criação de uma forma urbana essencialmente planejada de grande contribuição para o pensamento urbanístico brasileiro.

Nesse início de república, a modernidade era almejada por políticos e intelectuais e acompanhar o fluxo do progresso significava adequar-se ao ritmo da economia e padrões culturais ditados pelos países da Europa Ocidental. Isso também se fez presente no urbanismo, onde as experiências europeias, como as reformas urbanístico-sanitárias empreendidas por Georges Eugène Haussmann em Paris, serviram de modelo e ponto de partida para as reformas de importantes cidades brasileiras, como no caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Porto Alegre e Recife. Porém, este fenômeno, o

programa de melhoria e reforma urbana, se estendeu para todos os pequenos núcleos urbanos do Brasil que dispunham de capitais para realizá-lo, conforme observou Nestor Goulart Reis (1968).

No caso de Santos, considerada por alguns autores como extensão da capital do estado, a cidade de São Paulo, em função da enorme importância que seu porto alcançou com a chegada da ferrovia, também se tornou um local prioritário para o estabelecimento das reformas urbanas. E Saturnino de Brito as fez.

O Plano de Saneamento de Santos, elaborado pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, é ao mesmo tempo a obra de maior significado para a engenharia sanitária e de enorme contribuição para o pensamento urbanístico brasileiro. Santos, na virada do século XIX, enfrentava ao mesmo tempo problemas de epidemias, de saúde pública e a pressão exercida pelo crescimento urbano impulsionado pelo principal porto brasileiro exportador de café

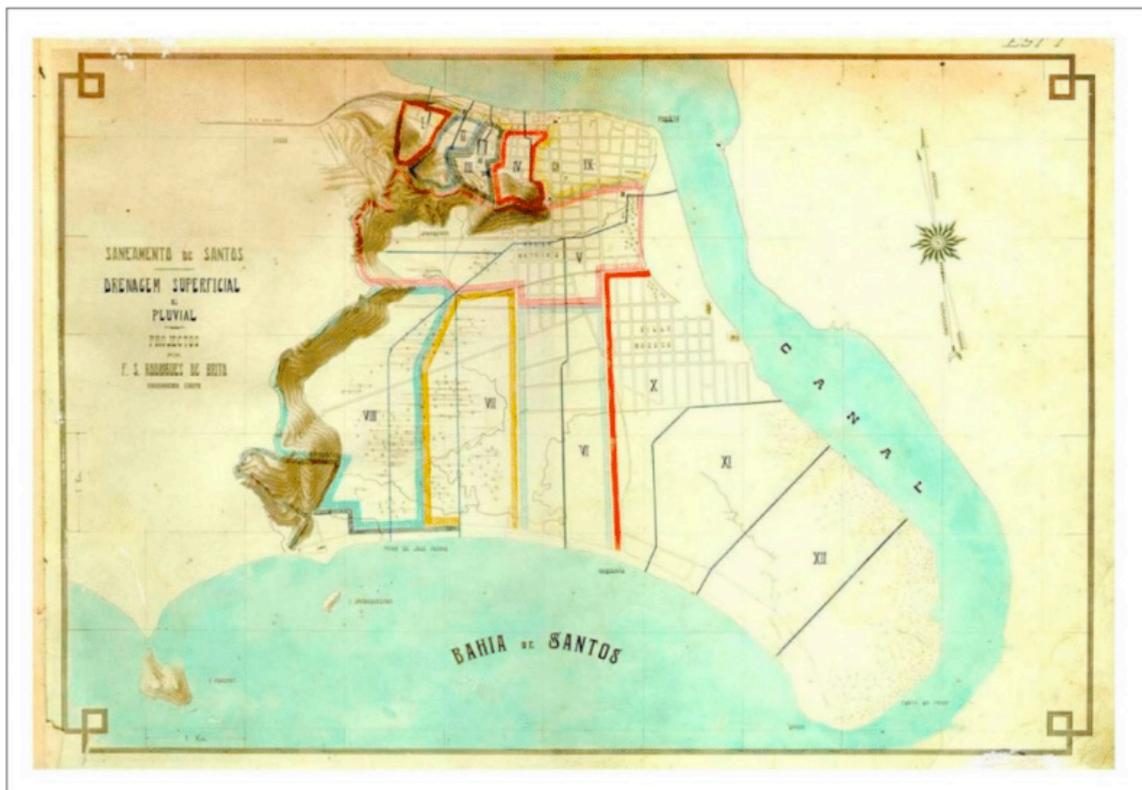


Figura 7: Saneamento de Santos: drenagem superficial, 1905. Fonte: Novo milênio.



Figura 8: Santos (Estado de S. Paulo, Brasil): planta e projectos, 1910. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Como respostas a estas questões, Saturnino de Brito atuou em dois momentos. No primeiro, respondendo as questões sanitárias, de inundação e de drenagem das áreas pantanosas entre a cidade histórica e a baía. Para tanto, sua equipe adotou o sistema separador completo ou absoluto, já indicado por Estevan Fuertes em seu plano de 1895. Nesse sistema os esgotos sanitários e as águas pluviais são transportados em redes próprias, não conectadas entre si. Com essa escolha foi possível conceber canais de drenagem abertos, em oposição às soluções adotadas nas cidades europeias, e a eles associar parques lineares com funções estéticas, ambientais e de recreação (Figura 7). No segundo momento, dedicou-se ao projeto urbanístico elaborado em 1910. Percebe-se nesta proposta, a ressonância do ideário de Camillo Sitte, em contraponto ao de Haussmann. O plano de Saturnino de Brito, contemplava as características topográficas, tramas e traçados. Nos terrenos de elevada declividade, situados a oeste da cidade, ao invés de sua ocupação, como em 1896 propôs o plano não executado da Câmara Municipal, sugeriu a implantação de parques e de uma via de contorno. Como a maior parte da área de expansão da cidade situava-se em terrenos planos, Brito propôs uma trama urbana regular sem, entretanto, cair na rigidez de uma malha uniforme e contínua. Ele justifica seu traçado pela facilidade que oferece à implantação das redes de água e esgotamento sanitário e pluvial. Entretanto, o traçado regular domina apenas as áreas não ocupadas, respeitando, em diferentes partes do plano, os traçados preexistentes

(Figura 8).

Em síntese, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX tiveram como marca a intensificação da organização e a modernização do território brasileiro, principalmente na região sudeste do país, onde houve a expansão da economia cafeeira, a construção de ferrovias e a modernização urbana. Esse também foi o período em que a engenharia e o incipiente urbanismo brasileiro contribuem para o debate e construção do futuro nacional. A cidade de Santos retrata bem este fenômeno. Saturnino de Brito, engenheiro e urbanista, desempenha um papel de destaque neste contexto pela sua capacidade de reflexão, inovação e pesquisa. A profundidade na forma que Saturnino de Brito trata temas como crescimento, integração, evolução, preservação e respeito foram algumas de suas contribuições que ainda permanecem atuais no Brasil.

6 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Houve três períodos marcantes no desenvolvimento da cidade de Santos, que coincidem com as transformações ocorridas no Brasil e no mundo, todos de fundamental importância para o desenvolvimento do país.

No primeiro período, o mais longo, abrangendo três séculos de história, deu-se no decorrer do período colonial até a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Neste período, nota-se não somente a expansão geográfica e a conquista territorial brasileira, mas também a formação da classe mercantil nacional, subproduto da descoberta do ouro no século XVIII. A cidade de Santos, neste momento, desempenhou principalmente a função de porta de entrada do Sertão, isso em função de sua condição portuária e de sua interligação a uma rede de caminhos que adentravam o país em busca de riquezas.

No segundo, período relativamente curto, entre 1808 e 1867, deu-se a formação do Estado no Brasil, embora ainda a ideia de nação não se fizesse completa. Porém foi somente a partir da atuação do Estado, tese defendida por Bresser-Pereira, que se pavimentou o caminho para que o país se desenvolvesse. O Brasil, agora como um país independente, necessitava melhor integrar seu território e sua produção ao sistema capitalista mundial. Nesse contexto a cidade de Santos ganhou cada vez mais importância para o escoamento da incipiente e promissora produção cafeeira da província de São Paulo e, para isso, a técnica se mostrou uma importante aliada para estes novos tempos. Desta forma, o país começou a implementar estradas de ferros como forma de dinamizar as suas exportações.

No terceiro, a partir da inauguração em 1867 da estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí, a São Paulo Railway, durou até 1930, um ano após a crise de 1929, que como consequência acarretou o fim da Primeira República Brasileira por meio de uma revolução. Nesta fase consolidou-se o eixo Santos-São Paulo-Campinas como uma rede

de cidades importantíssimas para o desenvolvimento da província e, posteriormente, com a proclamação da República, do estado de São Paulo. A cultura do café, por esta ocasião, estendia-se por todo o Planalto Paulista, atingindo até algumas áreas da Baixada Santista, pressionando as autoridades para a necessidade de ampliação e modernização das instalações portuárias e a criação de uma estrutura eficiente capaz de escoar a produção em maior escala e rapidez. A cidade de Santos por estar em uma das pontas desta rede, a que ligava o estado de São Paulo ao mundo, transformou-se desta forma na principal porta de saída das exportações regionais e, por seguinte, brasileiras.

Foi também no alvorecer da República, ainda no século XIX, que se teve o início de uma fase de grande importância na organização urbana das cidades, da aproximação entre instalações portuárias e do tecido urbano em expansão e explica uma nova relação cidade-porto pelo viés da urbanização. E em Santos isso não foi diferente.

Já o século XX foi marcado por novas potencialidades entre as cidades portuárias, pautadas em empreendimentos urbanos que vão construindo o espaço da cidade industrial mudando o perfil da economia nacional, antes ancorada na produção agrário-exportadora. E o Sudeste apresentou-se como o *locus* de expansão da industrialização, mudando o perfil das cidades e seus portos. Nesse contexto, a cidade de Santos sofreu grandes alterações, obras de estruturação e o aparelhamento de seu porto aliadas ao saneamento da cidade numa concepção de reforma urbana através da qual se organizaram o espaço portuário e a modernização da cidade numa associação funcional e espacial direta entre cidade e porto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

BERNARDINI, Sidney Piochi. **Os planos da cidade**: as políticas de intervenção urbana em Santos – de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1892-1910). São Carlos: RiMa: FAPESP, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As duas fases da história e as fases do capitalismo**. *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, São Paulo, Texto para Discussão 278, mai. 2011.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **A planta de Santos**. Obras completas de Saturnino de Brito. v XXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

DONATO, Hernani. **Sumé e Peabiru**: mistérios maiores do século da descoberta. São Paulo: Edições GRD, 1997.N

ELLIS, Myriam. **São Paulo, de Capitania a Província**. Pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo. *Primeiro Congresso de História de São Paulo*, Campinas, jul. 1972.

FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Org.). **Santos na modernidade capitalista (1870-1930)**: novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. **Caminhos da conquista**: a formação do espaço brasileiro. São Paulo: Editora Terceiro nome, 2008.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: SENAC, 2008.
PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. 15 v.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Urbana 116, 118, 122, 126

Análise Espacial 13

Arborização Urbana 24, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 84, 85, 86, 87

Áreas Verdes 5, 21, 36, 37, 41, 42, 60, 63, 64, 65, 75, 82, 87, 101, 117, 162, 171, 195, 241

Assentamentos Sustentáveis 219

C

Calçada 79, 267, 276, 278, 291

Cambio Climático 30, 31, 37, 61

Caminhabilidade 259, 267, 269, 270, 272, 276, 278, 289

Cidade 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 217, 231, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 250, 255, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 303, 307, 308

Cidade-Jardim 159, 160, 162, 171

Comunidades Alternativas 219, 226, 232

Comunidades Intencionais 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231

Convívio Social 105, 188, 279, 280, 285, 286, 291

Crescimento Urbana 102

Cultura da Sustentabilidade 219

D

Desenvolvimento Sustentável 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 86, 177, 224, 225, 231, 288, 294

E

Ecologia de Paisagens 13

Ecologia Urbana 116, 120, 121, 123, 125

Escola Sem Muros 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 258, 260, 261, 262, 263, 264

Espaços Públicos 27, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 204, 264, 267, 268, 269, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292

Evolução Urbana 10, 129, 144

F

Fragmentação Espacial 13, 15, 27

G

Gestão Urbana 113, 291, 296, 297, 298, 300, 303, 307

H

História Urbana 176

I

Infraestrutura Religiosa Católica 145, 147, 153, 154, 155

Infraestrutura Verde 13, 14, 16, 21, 22, 24, 27, 28

L

Legislação Ambiental 15, 102

legislação Urbanística 102, 104, 109, 113

Lugar Público 279

M

Mobilidade Ativa 267, 269, 270, 272, 274, 276, 278

Morfologia Urbana 28, 63, 65, 88, 102, 103, 105, 107, 159, 160, 161, 173, 174, 186

O

Ocorrências Urbanas 102, 103, 105, 106, 107, 108

P

Paisagem 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 61, 65, 71, 112, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 137, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 205, 253, 263, 281, 283, 293, 301

Paisaje Cultural 30, 32

Participação Social 90, 93, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307

Patrones de Localización 145, 151

Pedestre 5, 11, 12, 213, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278

Percepção 63, 71, 75, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 100, 123, 124, 177, 178, 248, 253, 255, 259, 264, 270

Planejamento Urbano 5, 6, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 116, 124, 125, 199, 240, 279, 282, 288, 291, 300

Políticas Públicas 1, 3, 4, 8, 11, 90, 105, 192, 240, 264, 282, 291, 296, 297, 298, 303, 304, 305
Práticas Urbanas Criativas 114, 279, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 293, 294
Processamento de Imagens 13
Processo de Projeto 233, 234, 260
Projeto Urbano 98, 161, 187, 191, 200, 201, 298

Q

Qualidade do Espaço Urbano 203, 205, 210, 267

R

Reconversão 187, 191
Resiliência Urbana 116, 118, 123

S

Serviços do Ecossistema 116, 117, 118, 121, 122, 125
Sistema Viário 5, 11, 15, 72, 170, 173, 195, 198, 203, 205, 210, 212, 215

T

Trama Urbana 47, 141, 145, 146, 149, 152, 157

U

Urbanismo 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 28, 36, 61, 63, 101, 114, 129, 139, 142, 145, 159, 163, 167, 171, 175, 188, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 229, 230, 231, 234, 265, 267, 278, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 296, 307, 309
Urbanização 1, 3, 4, 7, 10, 11, 15, 18, 64, 67, 106, 112, 116, 117, 118, 130, 139, 143, 193, 196, 241

V

Vegetação 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 111, 114, 163, 173, 195, 272, 276, 278

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 